

COM BASE NO EDITAL Nº CPPETS 001/2026



ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO - SÃO PAULO

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SALTO-SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE
SALTO - SÃO PAULO**

COORDENADOR PEDAGÓGICO

CONCURSO PÚBLICO CPPETS 001/2026

CÓD: OP-050FV-26
7908403588206

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Ortografia.....	7
2. Estrutura e Formação das palavras; Criação de palavras; Derivação e Composição; Prefixos; Sufixos; Afixos; Radicais	9
3. Divisão Silábica; Vogais; Semivogais; Fonética e fonologia: Conceitos básicos; Classificação dos fonemas; Relação entre palavras; Fonemas e letras; Encontros vocálicos; Encontros consonantais e dígrafo; Tonicidade das palavras; Sílabas tônicas	12
4. Sinais de Pontuação; Uso do hífen; Uso do travessão	19
5. Acentuação	20
6. Uso da crase.....	21
7. Gênero, Número; Substantivo; Adjetivo; Artigo; Numeral; Advérbio; Verbos; Conjugação de verbos; Pronomes; Preposição; Conjunção; Interjeição; Formas verbais seguidas de pronomes; Flexão nominal e verbal; Vozes Verbais; Voz ativa; Voz passiva; Voz reflexiva; Emprego de locuções	21
8. Frases; Sujeito e predicado; Formas nominais; Locuções verbais; Termos ligados ao verbo: Adjunto adverbial, Agente da Passiva, Objeto direto e indireto; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Orações Coordenadas e Subordinadas; Período; Predicação verbal	29
9. Concordância nominal; Concordância verbal; Sintaxe de Concordância	34
10. Regência verbal; Regência nominal; Sintaxe de Regência.....	35
11. Aposto; Vocativo	37
12. Funções e Empregos das palavras “que” e “se”; Uso do “Porquê”	38
13. Sintaxe de Colocação	39
14. Tipos de Discurso; Discurso direto e indireto; Pessoa do discurso; Discurso direto	41
15. Sinônimos, homônimos e antônimos; Denotação e Conotação; Eufemismo; Hipérbole; Ironia; Prosopopeia; Catacrese; Paradoxo; Metonímia; Elipse; Pleonismo; Silepse; Antítese; Sinestesia	43
16. Imagens.....	46
17. Relações entre nome e personagem	46
18. História em quadrinhos	46
19. Relação entre ideias.....	51
20. Intensificações	51
21. Comparações; Personificação; Onomatopeias; Aliteração; Assonância; Repetições; Relações; Oposição; Metáfora	51
22. Provérbios.....	55
23. Expressões ao pé da letra	55
24. Palavras e ilustrações.....	58
25. Associação de ideias	61
26. Vícios de Linguagem	61
27. ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO: Tipos de Comunicação: Descrição; Narração; Dissertação.....	63
28. Coesão Textual	66

Conhecimentos Específicos

Coordenador Pedagógico

1. Política na Educação	79
2. Caminhos para a Educação Brasileira	81
3. Educação Tradicional.....	82
4. Educação Moderna	82
5. Educação Pragmática	83
6. Educação Gerencial.....	84
7. Coordenação pedagógica.....	84
8. Fundamentos do Currículo Educacional	86
9. Experiências pedagógicas; Gestão democrática	92
10. Políticas Públicas	92
11. Organização da Escola.....	93
12. Documentos Institucionais Pedagógicos.....	94
13. Dinâmica escolar.....	95
14. Educação Inclusiva no espaço da escola	95
15. Organização do conhecimento e dos diferentes níveis escolares	98
16. Projeto Político Pedagógico	100
17. Organização em ciclos escolares.....	101
18. Avaliação e registros	102
19. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento.....	105
20. Didática Geral; Metodologia de Ensino.....	111
21. Psicologia da Educação	114
22. Tendências pedagógicas.....	116
23. Educação contemporânea	117
24. Normas, diretrizes, referenciais e parâmetros curriculares da educação básica	118
25. Estratégias para combater a evasão escolar	120
26. Estratégias para uma escola atrativa	121
27. Gestão participativa na escola	121
28. Planejamento e realização de reunião pedagógica e reunião de pais	130
29. Relações Humanas	133
30. Ética e cidadania no convívio escolar.....	133
31. Funcionamento escolar.....	135
32. Diretrizes Curriculares para a Educação.....	137
33. Tecnologia e gestão educacional.....	138
34. Indicadores de desempenho escolar	140
35. Formação continuada	140
36. Mediação e gestão de conflitos	142
37. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	143
38. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	163
39. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	202

LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA

ALFABETO

O alfabeto da língua portuguesa é formado por 26 letras. A – B – C – D – E – F – G – H – I – J – K – L – M – N – O – P – Q – R – S – T – U – V – W – X – Y – Z.

- **Observação:** emprega-se também o “ç”, que representa o fonema /s/ diante das letras: a, o, e u em determinadas palavras.

EMPREGO DAS LETRAS E FONEMAS

► Emprego das letras K, W e Y

Utilizam-se nos seguintes casos:

- 1) Em antropônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; Taylor, taylorista.
- 2) Em topônimos originários de outras línguas e seus derivados. Exemplos: Kuwait, kuwaitiano.
- 3) Em siglas, símbolos, e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional. Exemplos: K (Potássio), W (West), kg (quilograma), km (quilômetro), Watt.

► Emprego do X

Se empregará o “X” nas seguintes situações:

- 1) Após ditongos.
 - **Exemplos:** caixa, frouxo, peixe.
 - **Exceção:** recauchutar e seus derivados.
- 2) Após a sílaba inicial “en”.
 - **Exemplos:** enxame, enxada, enxaqueca.
 - **Exceção:** palavras iniciadas por “ch” que recebem o prefixo “en-”. Ex.: encharcar (de charco), enchiqqueirar (de chiqueiro), encher e seus derivados (enchente, enchimento, preencher...)
- 3) Após a sílaba inicial “me-”.
 - **Exemplos:** mexer, mexerica, mexicano, mexilhão.
 - **Exceção:** mecha.
- 4) Se empregará o “X” em vocábulos de origem indígena ou africana e em palavras inglesas aportuguesadas.
 - **Exemplos:** abacaxi, xavante, orixá, xará, xerife, xampu, be-xiga, bruxa, coaxar, faxina, graxa, lagartixa, lixa, lixo, puxar, rixa, oxalá, praxe, roxo, vexame, xadrez, xarope, xaxim, xíca-ra, xale, xingar, etc.

► Emprego do Ch

Se empregará o “Ch” nos seguintes vocábulos: bochecha, bucha, cachimbo, chalé, charque, chimarrão, chuchu, chute, cochilo, debochar, fachada, fantoche, ficha, flecha, mochila, pe-chincha, salsicha, tchau, etc.

► Emprego do G

Se empregará o “G” em:

- 1) **Substantivos terminados em:** -agem, -igem, -ugem.
 - **Exemplos:** barragem, miragem, viagem, origem, ferrugem.
 - **Exceção:** pajem.

- 2) **Palavras terminadas em:** -ágio, -égio, -ígio, -ógio, -úgio.

- **Exemplos:** estágio, privilégio, prestígio, relógio, refúgio.

- 3) **Em palavras derivadas de outras que já apresentam “G”.**

- **Exemplos:** engessar (de gesso), massagista (de massagem), vertiginoso (de vertigem).

- **Observação** também se emprega com a letra “G” os seguintes vocábulos: algema, auge, bege, estrangeiro, geada, gengiva, gíbi, gilete, hegemonia, herege, megera, monge, rabugento, vagem.

► Emprego do J

Para representar o fonema “j” na forma escrita, a grafia considerada correta é aquela que ocorre de acordo com a origem da palavra, como por exemplo no caso da palavra jipe que origina-se do inglês *jeep*. Porém também se empregará o “J” nas seguintes situações:

- 1) Em verbos terminados em -jar ou -jear. Exemplos:

- **Arranjar:** arranjo, arranje, arranjem
- **Despejar:** despejo, despeje, despejem
- **Viajar:** viajo, viaje, viajem

- 2) Nas palavras de origem tupi, africana, árabe ou exótica.

- **Exemplos:** biju, jiboia, canjica, pajé, jerico, manjeriçã, Moji.

- 3) Nas palavras derivadas de outras que já apresentam “J”.

- **Exemplos:** laranja – laranjeira / loja – lojista / lisonja – lisonjeador / nojo – nojeira / cereja – cerejeira / varejo – varejista / rijo – enrijecer / jeito – ajeitar.

- **Observação:** também se emprega com a letra “J” os seguintes vocábulos: berinjala, cafajeste, jeca, jegue, majestade, jeito, jejum, laje, traje, pegajento.

AMOSTRA

► Emprego do S

Utiliza-se “S” nos seguintes casos:

1) Palavras derivadas de outras que já apresentam “S” no radical. Exemplos: análise – analisar / catálise – catalisador / casa – casinha ou casebre / liso – alisar.

2) Nos sufixos -ês e -esa, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. Exemplos: burguês – burguesa / inglês – inglesa / chinês – chinesa / milanês – milanesa.

3) Nos sufixos formadores de adjetivos -ense, -oso e -osa.

Exemplos: catarinense / palmeirense / gostoso – gostosa / amoroso – amorosa / gasoso – gasosa / teimoso – teimosa.

4) Nos sufixos gregos -ese, -isa, -osa.

▪ **Exemplos:** catequese, diocese, poetisa, profetisa, sacerdotisa, glicose, metamorfose, virose.

5) Após ditongos.

▪ **Exemplos:** coisa, pouso, lousa, náusea.

6) Nas formas dos verbos *pôr* e *querer*, bem como em seus derivados.

▪ **Exemplos:** pus, pôs, pusemos, puseram, pusera, pusesse, puséssemos, quis, quisemos, quiseram, quiser, quisera, quiséssemos, repus, repusera, repusesse, repuséssemos.

7) Em nomes próprios personativos.

▪ **Exemplos:** Baltasar, Heloísa, Inês, Isabel, Luís, Luísa, Resende, Sousa, Teresa, Teresinha, Tomás.

▪ **Observação:** também se emprega com a letra “S” os seguintes vocábulos: abuso, asilo, através, aviso, besouro, brasa, cortesia, decisão, despesa, empresa, freguesia, fusível, maisena, mesada, paisagem, paraíso, pêssames, presépio, presídio, querosene, raposa, surpresa, tesoura, usura, vaso, vigésimo, visita, etc.

► Emprego do Z

Se empregará o “Z” nos seguintes casos:

1) Palavras derivadas de outras que já apresentam Z no radical.

▪ **Exemplos:** deslize – deslizar / razão – razoável / vazio – esvaziar / raiz – enraizar / cruz – cruzeiro.

2) Nos sufixos -ez, -eza, ao formarem substantivos abstratos a partir de adjetivos.

▪ **Exemplos:** inválido – invalidez / limpo – limpeza / macio – maciez / rígido – rigidez / frio – frieza / nobre – nobreza / pobre – pobreza / surdo – surdez.

3) Nos sufixos -izar, ao formar verbos e -ização, ao formar substantivos.

▪ **Exemplos:** civilizar – civilização / hospitalizar – hospitalização / colonizar – colonização / realizar – realização.

4) Nos derivados em -zal, -zeiro, -zinho, -zinha, -zito, -zita.

▪ **Exemplos:** cafezal, cafezeiro, cafezinho, arvorezinha, cãozito, avezita.

5) Nos seguintes vocábulos: azar, azeite, azedo, amizade, buzina, bazar, catequizar, chafariz, cicatriz, coalizão, cuscuz, proeza, vizinho, xadrez, verniz, etc.

6) Em vocábulos homófonos, estabelecendo distinção no contraste entre o S e o Z. Exemplos:

▪ Cozer (cozinhar) e coser (costurar);

▪ Prezar (ter em consideração) e presar (prender);

▪ Traz (forma do verbo trazer) e trás (parte posterior).

▪ **Observação:** em muitas palavras, a letra X soa como Z. Como por exemplo: exame, exato, exausto, exemplo, existir, exótico, inexorável.

► Emprego do Fonema S

Existem diversas formas para a representação do fonema “S” no qual podem ser: s, ç, x e dos dígrafos sc, sç, ss, xc, xs. Assim vamos algumas situações:

1) Emprega-se o S: nos substantivos derivados de verbos terminados em -andir, -ender, -verter e -pelir.

▪ **Exemplos:** expandir – expansão / pretender – pretensão / verter – versão / expelir – expulsão / estender – extensão / suspender – suspensão / converter – conversão / repelir – repulsão.

2) Emprega-se Ç: nos substantivos derivados dos verbos *ter* e *torcer*.

▪ **Exemplos:** ater – atenção / torcer – torção / deter – detenção / distorcer – distorção / manter – manutenção / contorcer – contorção.

3) Emprega-se o X: em casos que a letra X soa como Ss.

▪ **Exemplos:** auxílio, expectativa, experto, extroversão, sexta, sintaxe, texto, trouxe.

4) Emprega-se Sc: nos termos eruditos.

▪ **Exemplos:** acréscimo, ascensorista, consciência, descender, discente, fascículo, fascínio, imprescindível, miscigenação, miscível, plebiscito, rescisão, seiscientos, transcender, etc.

5) Emprega-se Sç: na conjugação de alguns verbos.

▪ **Exemplos:** nascer - nasço, nasça / crescer - cresço, cresça / Descer - desço, desça.

6) Emprega-se Ss: nos substantivos derivados de verbos terminados em -gredir, -mitir, -ceder e -cutir.

▪ **Exemplos:** agredir – agressão / demitir – demissão / ceder – cessão / discutir – discussão / progredir – progressão / transmitir – transmissão / exceder – excesso / repercutir – repercussão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

POLÍTICA NA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO COMO PROJETO POLÍTICO E SOCIAL

A educação, longe de ser um processo neutro ou meramente técnico, é um projeto essencialmente político e social. Em sociedades democráticas, ela deve cumprir o papel de garantir a formação crítica, emancipatória e cidadã dos indivíduos. Ao mesmo tempo, serve como instrumento de inclusão, transformação e mobilidade social.

► A educação como instrumento de transformação social

Desde os pensadores iluministas até os teóricos da pedagogia crítica contemporânea, a educação é vista como motor de mudança social. Paulo Freire, por exemplo, afirma que “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Essa visão aponta para um entendimento da educação como prática social capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

A educação, quando orientada para a justiça social, permite que os indivíduos compreendam sua realidade, identifiquem as estruturas de opressão e desenvolvam meios para superá-las. Portanto, ela pode tanto reproduzir desigualdades, quando estruturada de forma excludente, como ser instrumento de superação, quando concebida como direito de todos, com base na equidade e na qualidade.

► O papel do Estado na garantia do direito à educação

O Estado brasileiro, como previsto na Constituição Federal de 1988, tem a obrigação de assegurar educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, trata-se de uma responsabilidade coletiva, mas com dever principal do poder público.

Além disso, a Constituição impõe ao Estado o dever de garantir:

- **Educação básica obrigatória e gratuita** dos 4 aos 17 anos (artigo 208, I);
- **Atendimento educacional especializado** aos estudantes com deficiência (artigo 208, III);
- **Valorização dos profissionais da educação** (artigo 206, V);
- **Gestão democrática do ensino público** (artigo 206, VI).

A atuação do Estado deve, portanto, ser orientada por princípios de universalização do acesso, permanência e qualidade do ensino. Isso se traduz na formulação de políticas públicas que

visem corrigir desigualdades históricas, oferecer infraestrutura adequada, formação de professores e currículo contextualizado com a realidade dos estudantes.

► Políticas públicas educacionais e seus impactos na equidade

As políticas públicas em educação são o reflexo de escolhas políticas feitas por governos e por pressões sociais. Elas determinam como e onde serão investidos os recursos públicos, quais grupos serão prioritários, que conteúdos serão ensinados e que modelo de educação será adotado.

Alguns exemplos de políticas que tiveram impacto significativo na democratização do ensino no Brasil incluem:

- **Plano Nacional de Educação (PNE)** – estabelece metas decenais para o avanço da educação em todos os níveis, sendo um dos instrumentos mais importantes de planejamento de longo prazo.
- **Programas de acesso e permanência** – como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e transporte escolar.
- **Políticas de inclusão** – voltadas à educação indígena, quilombola, do campo, educação de jovens e adultos (EJA), e educação especial.
- **Avaliações em larga escala** – como a Prova Brasil e o SAEB, que buscam monitorar o desempenho das redes públicas e orientar decisões pedagógicas.

Entretanto, tais políticas nem sempre são isentas de disputas. O financiamento da educação, por exemplo, continua sendo uma das principais arenas de embate político, especialmente na definição dos percentuais mínimos a serem aplicados e na implementação do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica).

Compreender a educação como projeto político e social é fundamental para reconhecer que ela não é neutra: é moldada por interesses, disputas e decisões de poder. É nesse cenário que se torna essencial o envolvimento consciente da sociedade civil, dos educadores e dos próprios estudantes na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade.

As escolhas feitas em torno das políticas educacionais impactam diretamente o presente e o futuro de milhões de brasileiros, e é por isso que a luta pela educação precisa ser compreendida como luta por justiça social e democracia.

INFLUÊNCIA DOS GOVERNOS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A formulação de políticas educacionais está diretamente atrelada às orientações políticas dos governos que ocupam o poder. Isso significa que, a cada novo ciclo político, há uma reconfiguração das prioridades, metas, estratégias e, muitas vezes,



AMOSTRA

dos próprios fundamentos que orientam a educação nacional. No caso brasileiro, esse fenômeno é evidente tanto no nível federal quanto nos estados e municípios.

► Alternância de poder e mudança de diretrizes educacionais

A cada eleição, os governantes eleitos trazem consigo um projeto político e ideológico. No campo da educação, isso pode significar alterações profundas em áreas como:

- Currículo escolar;
- Formação de professores;
- Gestão educacional;
- Avaliação de desempenho;
- Políticas de inclusão e diversidade;
- Financiamento da educação.

Por exemplo, governos com orientação progressista tendem a enfatizar a educação como um direito social, promovendo políticas voltadas à equidade, valorização docente e inclusão. Já gestões mais conservadoras, em muitos casos, focam na eficiência gerencial, controle de resultados, meritocracia e na defesa de valores morais específicos, que impactam diretamente os conteúdos escolares e as práticas pedagógicas.

Essa oscilação política pode comprometer a continuidade de políticas bem-sucedidas, levando à descontinuidade de programas estruturantes e à instabilidade nas redes de ensino. Um exemplo disso foi a reformulação de programas federais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), que foram esvaziados ou extintos com mudanças de governo.

► Planos nacionais e o papel da legislação educacional

Apesar da influência dos governos, o Brasil dispõe de instrumentos legais que buscam assegurar certa estabilidade e continuidade nas políticas educacionais. O principal deles é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, com vigência de 2014 a 2024. O PNE define 20 metas e estratégias para o desenvolvimento da educação brasileira, entre elas:

- Universalização do atendimento escolar;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Ampliação do investimento público em educação pública;
- Superação das desigualdades educacionais.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios e normas gerais da educação no Brasil. Essa lei é fundamental porque garante diretrizes mínimas que todos os entes federativos devem seguir, independentemente da orientação política dos seus gestores.

Outro mecanismo importante de governança é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), regulamentado de forma permanente pela Emenda Constitucional nº 108/2020. Ele assegura recursos contínuos para a educação básica e estabelece critérios de redistribuição para combater desigualdades regionais.

Entretanto, mesmo com essas garantias legais, a forma como esses instrumentos são implementados depende da vontade política do governo em exercício, o que leva à disparidade na execução das metas entre as diferentes gestões e localidades.

► A atuação de ministérios, secretarias e conselhos na política educacional

A política educacional brasileira é formulada e executada por uma rede complexa de órgãos e instituições, com destaque para:

- **Ministério da Educação (MEC)** – responsável pela coordenação geral das políticas federais de educação, avaliação, financiamento e apoio técnico aos estados e municípios.
- **Secretarias estaduais e municipais de educação** – executam as políticas públicas localmente e adaptam as diretrizes nacionais às suas realidades.
- **Conselho Nacional de Educação (CNE)** – órgão normativo e deliberativo, vinculado ao MEC, que estabelece diretrizes curriculares e normas para a educação básica e superior.

A relação entre esses entes é marcada pelo regime de colaboração, previsto no artigo 211 da Constituição Federal. No entanto, esse regime enfrenta obstáculos práticos, como a centralização de decisões no nível federal, a ausência de pactuação efetiva entre os entes e a dificuldade de articulação entre as esferas de governo, o que compromete a eficácia das políticas educacionais.

Em alguns momentos, o CNE tem atuado como um agente importante de estabilidade, mitigando os efeitos de decisões políticas abruptas por meio de pareceres técnicos e diretrizes baseadas em ampla consulta pública. Ainda assim, a nomeação de seus membros pelo poder Executivo pode tornar o órgão suscetível a influências ideológicas.

DISPUTAS IDEOLÓGICAS E SEUS REFLEXOS NO AMBIENTE ESCOLAR

O ambiente escolar, por sua natureza formativa e socializadora, está no centro de diversos debates que ultrapassam o campo pedagógico e adentram o terreno político e ideológico. Isso porque a escola é, ao mesmo tempo, espaço de transmissão de saberes e de formação de consciências. Por isso, torna-se alvo constante de disputas entre diferentes grupos sociais, políticos e culturais, que veem na educação um instrumento de reprodução ou de transformação da ordem social.

► A escola como espaço de debate e formação crítica

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 206, como um dos princípios do ensino “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Isso demonstra que a educação brasileira deve se fundamentar na pluralidade de ideias e na liberdade de expressão, permitindo o desenvolvimento de um pensamento crítico e autônomo por parte dos estudantes.

Nesse sentido, a escola é chamada a ser um espaço de convivência democrática, onde diferentes visões de mundo possam coexistir e ser discutidas com respeito, análise e embasamento. O objetivo não é impor um pensamento único, mas sim estimular a reflexão, a análise de argumentos e a capacidade de formar opiniões fundamentadas.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

